



**MANIFESTO
EM DEFESA
DA VIDA,
DO SUS E
DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS**

A VIDA ESTÁ ACIMA DO LUCRO!

Vivemos um raro momento da história recente. Ao final de uma década de avassalador fortalecimento do neoliberalismo, que produziu um cenário mundial de crescente destruição de direitos e dos serviços públicos, uma pandemia, que não se limita às pessoas e nem aos países mais pobres, tem apavorado a população mundial. Isso tem forçado o capital a dobrar-se às exigências da vida – e, para isso, da política.

Começando pela região metropolitana de Wuhan, na China, cidades, províncias ou países inteiros têm as suas populações colocadas em quarentena. Fábricas e comércios fechados, ruas vazias e transportes escassos se tornaram cenas frequentes do noticiário nas últimas semanas. O intrépido ritmo dos negócios deu lugar ao receio e à tímida solidariedade de pessoas acuadas em suas casas pelo temor da contaminação. Essa inusitada situação estendeu a todos(as) aquilo que sempre foi comum aos mais pobres, aos trabalhadores e trabalhadoras: a incerteza sobre o dia de amanhã. Longe de estar circunscrita aos invisíveis que, cotidianamente, colocam em movimento fábricas, lojas, transportes, escolas, hospitais – isto é, movimentam a máquina do capital e seus braços –, uma pergunta alcançou também os(as) frequentadores(as) de aeroportos e moradores(as) de casas luxuosas: serei vítima do vírus? Outras, tornaram-se quase universais: como ficará o meu emprego? Terei renda para sobreviver à emergência de saúde pública? Como ficará o meu negócio se a quarentena continuar?

Por sua vez, governos – que estejam (Alemanha, Coreia do Sul) ou não (Brasil, Estados Unidos) comprometidos de algum modo com a vida da sua população – e outras instituições também enfrentam um dilema: como conseguir os recursos necessários para enfrentar a pandemia e, ao mesmo tempo, impedir uma crise econômica que tenha efeitos ainda mais devastadores?

Nesse ambiente de incertezas, as respostas a essas perguntas são fundamentais para definir como passaremos por essa grave crise. Para nós, do Fórum das Entidades Sindicais – FES, essas respostas precisam ter como referência o seguinte princípio:

A vida está acima do lucro!



**BOLSONARO E SEU ALIADO DO PARANÁ,
RATINHO JÚNIOR, PRECISAM SABER:**

NÃO ACEITAREMOS QUE TRABALHADORAS E TRABALHADORES SEJAM SACRIFICADOS NO ALTAR DO DINHEIRO

O capitalismo é um sistema em que as atividades econômicas primordiais são fundadas na exploração do trabalho pelo capital e orientadas pelo lucro. Portanto, essa sujeição dos interesses do capital às imediatas demandas de isolamento social para a manutenção da vida tende a sofrer forte oposição. Muitos empresários e seus representantes políticos pressionarão para que as atividades econômicas sejam retomadas mesmo que ao custo de milhares ou milhões de vidas. Por enquanto, essa pressão se manifesta apenas em seus representantes alinhados ao mais agressivo neoliberalismo, como Bolsonaro, Paulo Guedes e alguns segmentos do empresariado. Com a prolongação da quarentena, elas virão de todos os lados, de todos os setores. Por isso, estarmos atentos e ampliarmos a nossa organização é tão fundamental.

PRECISAMOS RESISTIR E DEFENDER AS VIDAS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Mas, se isso é importante, não basta afirmarmos a prioridade da vida sobre o lucro. É necessário indicar os caminhos necessários para o enfrentamento imediato da pandemia e de suas consequências econômicas e sociais. Isso é o que faremos abaixo.



GOVERNO FEDERAL

Eleito para criar um ambiente propício à acumulação de capital, e tomando medidas para destruir os direitos dos trabalhadores e os serviços públicos essenciais para a população, Bolsonaro tem visado cumprir esse objetivo. Com ainda mais intensidade, ele segue o governo de Michel Temer, que, com a Emenda Constitucional 95 (EC 95 / Emenda do teto dos gastos), impôs redução dos investimentos em áreas como saúde e educação. Se essas áreas tinham problemas, estes se agravaram com a EC 95: só no ano passado, ela tirou **20,5 bilhões de reais** do Sistema Único de Saúde (SUS). Se somarmos as perdas desde 2018, foram retirados mais de **30 bilhões de reais** do SUS federal por causa da EC 95, o que também prejudicou estados, distrito federal e municípios. Isso porque cerca de 2/3 do orçamento do Ministério da Saúde são destinados às transferências para esses entes da federação. Ou seja, houve um “financiamento negativo” (retirada de recursos) nos últimos anos.

Esse verdadeiro desmonte do SUS tem como consequência estrutura insuficiente para o enfrentamento dessa terrível pandemia. Para fazê-lo, o SUS precisa urgentemente de muito mais recursos. Nessa fase da transmissão comunitária do vírus, que tem alta taxa de letalidade entre os idosos e pessoas com doenças crônicas e respiratórias, a demanda de recursos será muito elevada. Igualmente, num país de riqueza tão concentrada e tão desigual (de acordo com a Fenafisco, 1% da população detém cerca de metade da riqueza nacional, ou seja, **8 trilhões de reais**), também precisam de auxílio aqueles que correm risco de perder seus empregos ou seus pequenos negócios. Portanto, o Estado brasileiro precisa aumentar muito a sua capacidade de investimento. Não dá para atender essas demandas com a vigência da EC 95, agravada pela “regra de ouro” e pelas PEC’s 186, 187 e 188 de 2019. Para isso é necessário:



GOVERNO FEDERAL

- ⊕ Eliminar o teto de gastos imposto pela EC 95, a fim de garantir os investimentos públicos necessários para fortalecer os serviços públicos, especialmente a saúde e a proteção social; o fim da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que estados e municípios possam realizar os investimentos necessários no período de enfrentamento à crise;
- ⊕ Utilizar, para as áreas da saúde e assistência social, os recursos destinados ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. No ano passado, foram utilizados 316 bilhões de reais para pagar dívidas;
- ⊕ O fim dos subsídios e subvenções para os grandes produtores rurais, que, em 2019, foram de 2,9 bilhões de reais;
- ⊕ Eliminar as desonerações da folha de pagamento: algo em torno de 620 milhões de reais;
- ⊕ A regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Na Noruega, ele representa 0,4% do PIB. No Brasil, um imposto com arrecadação similar significaria cerca de 30 bilhões de reais para os cofres públicos. Segundo a FENAFISCO, se a alíquota do imposto for de 1% sobre o patrimônio, isso resultaria em 100 bilhões de reais;
- ⊕ Criação do Imposto sobre lucros e dividendos, com previsão de arrecadação de 60 bilhões de reais;
- ⊕ Instituição de um acréscimo emergencial de 50% (passando de 15% para 65%) na alíquota que incide sobre o lucro bancário. Somente dos 4 maiores bancos, isso resultaria em algo em torno de 40 bilhões de reais;
- ⊕ Que “a Contribuição Social sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSPF) tenha incidência imediata sobre rendimentos de qualquer natureza que ultrapassasse R\$ 80 mil reais por mês. Ao todo, seriam 194.268 contribuintes (0,7% do total), de onde se arrecadaria 72 bilhões por ano” (FSP, 24/03/2020).

GOVERNO FEDERAL

Com essas medidas, o governo federal teria algo entre 460 e 530 bilhões de reais para o SUS, para fortalecer os programas de renda mínima, dar isenção das tarifas de água e luz para os mais pobres e, ainda, para apoiar os micros e pequenos empresários.

BOLSONARO, OS(AS) TRABALHADORES(AS) NÃO QUEREM MORRER!

Temos, então, que dizer **NÃO** à **política da morte** de Bolsonaro. Temos que dizer **NÃO** às mentiras de um presidente que vem a público se manifestar em oposição a tudo aquilo que está demonstrado pela comunidade científica e pelos fatos. Exigimos que essas medidas sejam urgentemente tomadas para que se possa atender aos direitos e garantir as vidas das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

No Paraná, Ratinho Júnior tem tido um alinhamento direto com Bolsonaro e a sua política da morte. Sim, Ratinho Júnior aderiu temporariamente à política de isolamento social, mas, como Bolsonaro, é um inimigo dos serviços públicos, dos(as) servidores(as) e da população que deles depende. Ratinho não para de atacar os serviços e os(as) servidores(as) nem durante a pandemia. O seu governo atende apenas aos interesses dos grandes empresários e suas forças político-eleitorais, restringindo investimentos nas áreas da saúde e proteção social e penalizando duramente os(as) mais necessitados(as). Tanto que, com a continuidade da política de renúncia fiscal e redução da base de cálculo do ICMS, o seu governo se utiliza das supostas dificuldades orçamentárias para desmontar serviços públicos, perseguir servidores(as) e reforçar a obscena concentração de renda no estado.

DIGA NÃO A RATINHO JÚNIOR E À SUA POLÍTICA DE DESMONTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Para se ter uma ideia de quanto dinheiro se trata, em 2020, em razão de renúncia fiscal ou redução da base de cálculo do ICMS, o orçamento do estado do Paraná prevê uma perda de **11 bilhões de reais**. Dentre os setores beneficiados estão, por exemplo, o setor de alimentos com quase 4 bilhões de reais, o comércio com 1,2 bilhão, o automotivo com 894 milhões, o setor de comunicações (cujo maior empresário é o pai do governador) com 436 milhões etc. Esses valores seriam suficientes para contratar os 4.194 servidores e servidoras que o Estado necessita para completar o quadro funcional da saúde e garantir o atendimento da população (neste cálculo estão contabilizados os 1.427 servidores(as) que a área da saúde perdeu entre 2017 e 2019) e, inclusive, uma amplo quadro de servidores(as) extras para o enfrentamento do Covid-19. Sobre isso, basta lembrar que o orçamento empenhado da Secretaria da Saúde em 2019 foi de **5,4 bilhões**.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

MEDIDAS URGENTES E ESSENCIAIS

Por esses motivos, além do aumento das receitas dos governos federal e estadual, durante o período de quarentena, exigimos as seguintes e urgentes medidas para o enfrentamento da pandemia e da crise econômica e social:

- + O respeito ao isolamento social sem a diminuição de salários!;
- + A não redução de salários e direitos dos(as) trabalhadores(as)!;
- + A garantia de estabilidade no emprego para todos(as) os(as) trabalhadores(as);
- + Instituição de renda básica e isenção do pagamento de água, luz, aluguel e das prestações imobiliárias para todos(as) os(as) desempregados(as), autônomos(as), microempreendedores(as) individuais e a todas as famílias cadastradas nos programas de assistência social;
- + A ampliação do orçamento e dos recursos extraordinários do SUS para a oferta de serviços adequados à população e o enfrentamento do Covid-19;
- + A contratação imediata de profissionais para recomposição das equipes de saúde;
- + A retomada do programa Mais Médicos;



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

- ⊕ A requisição imediata e a gestão de todos os leitos hospitalares (públicos e privados) de modo a garantir tratamentos mais igualitários aos acometidos pelo Covid-19;
- ⊕ A instituição de testes massivos para todos(as) os(as) suspeitos(as) de terem sido contagiados(as) pelo Covid-19; a garantia de insumos, equipamentos e respiradores nas unidades de saúde e hospitais;
- ⊕ A ampliação da oferta de leitos hospitalares e de unidades de terapia intensiva;
- ⊕ O aumento das medidas para garantir o isolamento social de todos os segmentos da sociedade;
- ⊕ No caso das atividades imprescindíveis, que se garantam todas condições e equipamentos necessários à proteção dos(as) trabalhadores(as);
- ⊕ Realização de campanhas educativas massivas nas emissoras de rádio e televisão, bem como nas redes sociais, para orientar as pessoas acerca da prevenção necessária para a não infecção pelo Covid-19.

Certamente, há mais medidas que podem ser tomadas. Porém, sejam elas quais forem, o fundamental é que os sacrifícios não recaiam sobre aqueles(as) que tanto fizeram e fazem para a construção desse estado e desse país, as trabalhadoras e trabalhadores do Paraná e do Brasil.

**A VIDA ESTÁ
ACIMA DO LUCRO!**



Fórum das Entidades
Sindicais do Paraná